

ENTRE DIRETRIZES E PRÁTICA: DESAFIOS NO CUIDADO À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Amorim, JR¹; Carvalho, MEA¹; Silva, PG²

¹Acadêmicos do Curso de Medicina da UEMG; ²Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

E-mail: juliaribamorim@gmail.com

Introdução: A população formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binárias e outras variações de sexualidade e gênero (LGBTQIAPN+) vivencia desigualdades estruturais que impactam o acesso, a continuidade e a qualidade da atenção em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT). Na Atenção Primária à Saúde (APS), essas iniquidades se expressam na fragilidade da incorporação prática das diretrizes de equidade e integralidade do cuidado. **Objetivos:** Analisar o perfil sociodemográfico e profissional, o conhecimento sobre a PNSI-LGBT e as percepções de profissionais da APS acerca do atendimento à população LGBTQIAPN+. **Métodos:** Estudo quantitativo, transversal e descritivo, com 90 profissionais de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) de um município do sudoeste de Minas Gerais. A coleta ocorreu por questionário estruturado, com análise por estatística descritiva. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais, sob parecer nº 7.821.731. **Resultados:** Observou-se predominância de profissionais do sexo feminino, tempo de atuação superior a oito anos e expressiva participação de agentes comunitários de saúde. A maioria reconheceu as vulnerabilidades da população LGBTQIAPN+ e a importância do uso do nome social. Entretanto, prevaleceu a autopercepção de conhecimento entre níveis mediano e insuficiente acerca da PNSI-LGBT, associada à baixa capacitação e ausência de fluxos assistenciais estruturados. Evidenciaram-se dificuldades no atendimento a pessoas trans e não-binárias, além de insegurança quanto às atribuições profissionais, indicando descompasso entre diretrizes normativas e prática assistencial. Embora tenham sido relatadas iniciativas individuais de acolhimento, estas ocorrem de forma empírica, sem suporte institucional. **Conclusão:** A implementação da PNSI-LGBT na APS permanece incipiente, marcada por fragilidades institucionais e dependência de iniciativas individuais. A ausência de capacitação contínua e de fluxos assistenciais estruturados compromete a integralidade e a equidade do cuidado. Os achados reforçam a necessidade de investimentos na qualificação profissional, na educação permanente e na organização sistêmica dos serviços, visando a uma atenção inclusiva e alinhada aos princípios do SUS.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Minorias Sexuais e de Gênero; Equidade em Saúde; Profissionais de Saúde; Educação Permanente.

Referências bibliográficas:

1. Barbosa RN, Paulo P. Atendimento da população LGBTQIA+ na atenção primária à saúde: uma revisão narrativa de literatura. *Sanare*. 2025;24(1). doi:10.36925/sanare.v24i01.1799.
2. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 4ª ed. São Paulo: Saraiva; 1990.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT). Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
4. Coimbra VCC, et al. Os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ no acesso aos serviços de saúde. *Rev Eletrônica Acervo Saúde*. 2025;25(9):e21519. doi:10.25248/reas.e21519.2025
5. Cunha AJG, et al. Conhecimentos e práticas dos profissionais de Unidades Básicas de Saúde sobre a população LGBTQIAPN+. *Contrib Cienc Soc*. 2024;17(8):e9225. doi:10.55905/revconv.17n.8-099
6. Damery S, et al. Impact of education and training on LGBT population-specific health issues for healthcare students and professionals: a systematic review of comparative studies. *BMJ Open*. 2025;15:e090005. doi:10.1136/bmjopen-2024-090005.
7. Sagaz LS, et al. Percepção dos profissionais de saúde sobre o atendimento à comunidade LGBTQIAPN+ na atenção primária. *Cuad Educ Desarro*. 2025;17(12):e10353. doi:10.55905/cuadv17n12-069.